

Exmo Senhor Presidente do Parlamento Nacional,  
Senhor Arão Noé de Jesus da Costa Amaral

**Assunto: Envio do Acórdão do Tribunal de Recurso, Proc. n.º 03/Fisca.Preve/19/TR – NUC: 0049/19, relativamente ao Decreto do Parlamento Nacional n.º 9/V, aprovado a 23 de julho de 2019.**

Excelência

Venho por este meio remeter a Vossa Excelência Cópia do Acórdão do Tribunal de Recurso, referenciado em epígrafe, nos termos e para o efeito previstos no número 3 do Artigo 149.º da Constituição da República.

Nesses termos e em conformidade com a alínea c) do artigo 85.º, o número 1 do Artigo 88.º e os números 1, 2 e 3 do artigo 149.º da Constituição da República, declaro o veto por inconstitucionalidade do Decreto do Parlamento Nacional n.º 9/V, de 23 de julho de 2019 e solicito ao Parlamento Nacional a sua reformulação em conformidade com o Acórdão deste modo remetido.

Antecipadamente grato e sem mais assunto de momento, queira aceitar, Senhor Presidente do Parlamento Nacional, os protestos da minha mais alta consideração.

---

Francisco Guterres Lú Olo

Presidente da República

Palácio Presidencial Nicolau Lobato, 28 de agosto de 2019.